



# ESTATUTOS

## DO CENTRO SOCIAL PAROQUIAL

### SÃO ROQUE - SALSAS



## CAPÍTULO I

### DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE, FINS E NORMAS

#### Artigo 1.º

##### (Denominação e Natureza)

1. O Centro Social Paroquial de São Roque-Salsas é uma pessoa jurídica canónica de natureza pública, sujeita em Direito Canónico de obrigações e de direitos consentâneos com a índole de instituto da Igreja Católica, para desempenhar o múnus indicado nos presentes Estatutos, em ordem ao bem público eclesial, ereta canonicamente por decreto do Bispo da Diocese de Bragança e sob sua vigilância e tutela, com Estatutos aprovados por esta autoridade eclesiástica.
2. Segundo o Direito Concordatário resultante, quer da Concordata de 7.5.1940, quer da Concordata de 18.5.2004, o Centro Social Paroquial São Roque - Salsas é uma pessoa jurídica canónica constituída por decreto da autoridade eclesiástica, a que o Estado Português reconhece personalidade jurídica civil, que se rege pelo Direito Canónico e pelo Direito Português, aplicados pelas respetivas autoridades, e tem a mesma capacidade civil que o Direito Português atribui às pessoas coletivas de direito privado, sem fim lucrativo, gozando dos mesmos direitos e benefícios atribuídos às Instituições Particulares de Solidariedade Social, nos termos dos artºs 10.º, 11.º e 12.º da Concordata de 2004.
3. Segundo o Direito Português, o Centro Social Paroquial São Roque - Salsas é uma pessoa coletiva religiosa reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social, qualificada como Institutos de Organizações ou Instituições da Igreja Católica, devidamente inscrita no competente registo das IPSS, sob o n.º28/91 que adota a forma de Centro Social Paroquial, sem prejuízo do espírito e disciplina

Aprovado por:

(Direção)

Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Imp000.01

Página 2 de 29

religiosa que o informam, regendo-se pelas disposições do Estatuto das IPSS e demais normas aplicáveis, desde que no respeito pelas disposições da Concordata de 2004.

4. O Centro Social Paroquial São Roque - Salsas foi criado para a prossecução dos seus fins próprios previstos nos presentes Estatutos, sendo por isso uma entidade autónoma jurídica e patrimonialmente, que, no exercício da sua atividade própria, não exerce fins ou comissões de outras entidades, sem prejuízo da sua articulação programática com outras pessoas jurídicas canónicas e da sujeição à legislação canónica universal e particular, especificamente em matéria de vigilância do Ordinário do lugar.

#### Artigo 2.º

##### (Sede e Âmbito de Ação)

1. O Centro Social Paroquial São Roque - Salsas tem a sua sede na paróquia de Salsas, freguesia de Salsas, município de Bragança.
2. O Centro Social Paroquial de São Roque - tem por âmbito de ação prioritária, embora não exclusivamente, na Unidade Pastoral de Stª Maria do Sabor, (e onde estas não estiverem instituídas), no território da Paróquia de Salsas, Diocese de Bragança-Miranda.
3. O Centro Social Paroquial São Roque - Salsas, desde que autorizado pelo Ordinário do lugar, pode abrir, para a realização dos seus fins estatutários, delegações e respostas sociais na área das paróquias vizinhas.

#### Artigo 3.º

##### (Princípios Inspiradores)

1. O Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas prossegue o bem público eclesial na sua área de intervenção, de acordo com as normas da Igreja Católica, e tem

Aprovado por:

(Direção)

Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Imp000.01

Página 3 de 29

como fins a promoção da caridade cristã, da cultura, educação e a integração comunitária e social, na perspectiva dos valores do Evangelho, de todos os habitantes da comunidade onde está situado, especialmente dos mais pobres.

2. O Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas, na prossecução dos seus fins, deverá orientar a sua ação sócio caritativa à luz da Doutrina Social da Igreja tendo em conta, entre outros, os seguintes princípios inspiradores e objetivos:
- a) A natureza unitária da pessoa humana e o respeito pela sua dignidade;
  - b) O aperfeiçoamento cultural, espiritual, social e moral de todos os paroquianos;
  - c) A promoção integral de todos os habitantes da Paróquia, num espírito de solidariedade humana, cristã e social;
  - d) A promoção de um espírito de integração comunitária de modo a que a população e os seus diversos grupos se tornem promotores da sua própria valorização;
  - e) O espírito de convivência e de solidariedade social como fator decisivo de trabalho comum, tendente à valorização integral dos indivíduos, das famílias e demais agrupamentos da comunidade paroquial;
  - f) O desenvolvimento do sentido de solidariedade e da criação de estruturas de partilha de bens;
  - g) A realização de um serviço da iniciativa da comunidade cristã, devendo assim proporcionar, com respeito pela liberdade de consciência, formação cristã aos seus beneficiários e não permitir qualquer atividade que se oponha aos princípios cristãos;
  - h) Um incentivo do espírito de convivência humana como fator decisivo do trabalho em comum tendente à valorização integral das pessoas e das famílias;
  - i) A prioridade à proteção das pessoas mais pobres e desfavorecidas ou atingidas por calamidades, mobilizando para tal os recursos humanos e materiais necessários à criação e manutenção de estruturas de apoio às famílias ou a determinados sectores da população, como aos idosos, aos jovens e às crianças;

Aprovado por:

(Direção)

Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Imp000.01

Página 4 de 29

- j) A resposta possível a todas as formas de pobreza, exercendo assim a sua finalidade sócio caritativa;
- k) Os benefícios da cooperação com os grupos permanentes ou ocasionais que, no âmbito local ou regional, se ocupem da promoção, assistência e melhoria da vida das populações;
- l) A utilidade de recurso a grupos de trabalho tecnicamente preparados e devidamente qualificados;
- m) O seguimento, na sua atividade, os princípios católicos e não aceitar compromissos que de alguma forma condicionem a observância destes princípios;
- n) O contributo para a solução dos problemas sociais, à luz da doutrina social da Igreja;
- o) A participação na ação social de toda a comunidade paroquial, em estreita cooperação com outras instituições e grupos de ação social e com a entreaduda cristã de proximidade;
- p) A escolha dos seus próprios agentes (funcionários, trabalhadores, colaboradores, auxiliares) de entre as pessoas que partilhem, ou pelo menos respeitem, a identidade católica das obras de caridade;
- q) A procura em evitar financiamentos ou contribuições por entidades ou instituições que prossigam fins em contraste com a doutrina da Igreja;
- r) A aceitação da coordenação do Bispo diocesano em compatibilidade com a sua autonomia jurídica de acordo com os Estatutos.

#### Artigo 4.º

##### (Fins e Atividades Principais)

Os fins e objetivos referidos no artigo anterior concretizam-se mediante a concessão de bens, a prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades, nomeadamente nos seguintes domínios:

Aprovado por:

(Direção)

Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Imp000.01

Página 5 de 29

- a) Apoio à família;
- b) Apoio às pessoas idosas, através de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Centro de Dia, e Serviço de Apoio Domiciliário, ou outras;
- c) Proteção social dos cidadãos nas eventualidades da doença, velhice, invalidez e morte, bem como em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- d) Outras respostas, não incluídas nas alienas anteriores, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos;
- e) Estabelecer intercâmbios com Instituições congêneres estrangeiras e/ou promover ações comuns de informação e formação.

#### Artigo 5.º

##### (Fins Secundários e Atividades Instrumentais)

1. Na medida em que a prática o aconselhe e os meios disponíveis o permitam, o CSPRS poderá exercer, de modo secundário, outras atividades de fins não lucrativos, de carácter cultural, educativo, recreativo, nomeadamente: atividades socioculturais/recreativas (almoços convívio abertos á comunidade e entre instituições, passeios/encontros intergeracionais, e entre instituições parceiras), atividades desportivas (passeios, outras promovidas por entidades externas/parceiros), atividades de saúde (serviços de enfermagem abertos á comunidade, vários rastreios, bem como ações de formação/sensibilização).
2. O Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas, pode ainda desenvolver atividades de natureza instrumental relativamente aos seus fins não lucrativos, ainda que desenvolvidos por outras entidades por ele criadas, mesmo que em parceria, e cujos resultados económicos contribuam da concretização daqueles fins.
3. O Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas não tem fins lucrativos.

Aprovado por:

(Direção)

Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Imp000.01

Página 6 de 29

## Artigo 6.º

### (Normas Por Que Se Rege)

1. O Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas rege-se por estes Estatutos e, no que forem omissos, pelo Código de Direito Canónico, pela Carta Apostólica sob a forma de Motu Próprio sobre o serviço da caridade “*Intima Ecclesiae Natura*”, pela legislação particular e pelas leis civis aplicáveis.
2. Os presentes Estatutos só poderão ser alterados mediante proposta da Direção, parecer favorável do Conselho Fiscal e aprovação do Bispo diocesano.
3. A organização e funcionamento dos diferentes sectores e atividades do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas obedecerão às normas aplicáveis, aos Regulamentos Internos e Processos do Sistema de Gestão da Qualidade elaborados pela Direção.

## Artigo 7.º

### (Cooperação)

1. O Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas deverá colaborar com as demais instituições existentes, particularmente com a paróquia e com a Diocese, desde que não contrariem a legislação canónica universal e particular, os fins e a autonomia do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas ou a perspetiva cristã da vida que informa os presentes Estatutos.
2. O Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas poderá celebrar acordos de cooperação com entidades oficiais e particulares, em ordem a receber o indispensável apoio técnico e financeiro para as suas atividades.
3. O Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas pode, na prossecução dos seus fins, unir-se a uma ou mais instituições congéneres, que exerçam idêntica

Aprovado por:

(Direção)

Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Imp000.01

Página 7 de 29

atividade segundo as normas da Igreja Católica, podendo constituir ou participar em uniões, federações ou confederações, com licença do Ordinário do Lugar.

## CAPÍTULO II

### ORGANIZAÇÃO INTERNA

#### SECÇÃO I

#### ÓRGÃOS DA INSTITUIÇÃO

#### Artigo 8.º

#### (Órgãos)

1. São órgãos gerentes do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas:
  - a) A Direção;
  - b) O Conselho Fiscal.
2. A duração do mandato dos órgãos gerentes do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas, bem como do mandato do Diretor Executivo, se o houver, é de quatro anos, renováveis sob proposta do Pároco e a aprovação do Ordinário do lugar.
3. O mandato inicia-se com a tomada de posse.
4. A lista dos membros dos órgãos gerentes do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas é apresentada pelo Pároco do lugar, ou párocos “in solidum”, onde se encontra sediado o Centro Social Paroquial São Roque - Salsas, sendo os respetivos membros providos pelo Ordinário do lugar.
5. Para a constituição da lista dos membros dos órgãos gerentes do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas, a apresentar à nomeação do Ordinário do lugar,

Aprovado por:

(Direção)

Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Imp000.01

Página 8 de 29



o Pároco deve consultar o Conselho Paroquial de Assuntos Económicos (Fábrica da Igreja Paroquial), ou obedecer-se-á ao seguinte:

- a) Direção: O Presidente é, em princípio, o pároco. O Secretário e o Tesoureiro serão designados pelo Conselho Pastoral da Unidade Pastoral, ou onde este não estiver em funções, pelo Conselho Paroquial de Assuntos Económicos (Fábrica da Igreja Paroquial), e dois elementos designados pelo pároco ou pelos párocos “in solidum” da Unidade Pastoral para Vice-presidente e Vogal, onde estes últimos constarem do referido Órgão,
  - b) Conselho Fiscal: Os três membros, conforme o Art. 25, serão indicados pelo pároco depois de ouvido o Conselho Pastoral da Unidade Pastoral, ou onde este não estiver em funções, o Conselho Paroquial de Assuntos Económicos (Fábrica da Igreja Paroquial).
6. Com a apresentação da lista ao Ordinário do lugar é estabelecido o número de membros da Direção e a qualidade e identidade de cada um dos titulares dos órgãos.
  7. Uma vez providos os membros dos órgãos pelo Ordinário do lugar, bem como o Diretor Executivo, quando for o caso, estes tomarão posse perante o Ordinário do lugar ou o Pároco, ou pároco moderador da Unidade Pastoral.
  8. O mandato termina no termo do respetivo período, sem prejuízo do dever de manutenção em funções até à posse dos novos titulares.
  9. Não é órgão gerente do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas o Diretor Executivo, que constitui um cargo facultativo que pode ser instituído por deliberação da Direção, que procede também à nomeação do respetivo titular, de acordo com o parecer favorável do Conselho Fiscal e obtida aprovação do Ordinário do lugar.

Aprovado por:

(Direção)

Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Imp000.01

Página 9 de 29

### **Artigo 9.º**

#### **(Remoção)**

Os titulares dos órgãos do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas podem ser removidos pela Autoridade Eclesiástica que os aprovou, havendo justa causa e após audiência prévia do respetivo órgão do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas e dos visados.

### **Artigo 10.º**

#### **(Vacatura)**

Em caso de vacatura da maioria dos membros providos para cada órgão deve proceder-se ao preenchimento das vagas verificadas no prazo máximo de um mês.

Compete ao Pároco, ou párocos “in solidum”, onde o Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas está sediado, indicar ao Ordinário do lugar os elementos que preencham as vagas para completar o mandato.

Se vagarem todos os cargos, por demissão ou por qualquer outra razão, será apresentada pelo Pároco ao Ordinário do lugar a lista completa para os órgãos, iniciando-se novo mandato.

### **Artigo 11.º**

#### **(Incompatibilidades)**

1. Aos membros dos corpos gerentes não é permitido o desempenho de mais de um cargo nos órgãos do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas.
2. A nenhum membro dos corpos gerentes do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas ou a seu cônjuge ou pessoa com quem viva em união canonicamente irregular ou qualquer familiar em linha reta ou até ao 2.º grau da linha colateral, é permitido celebrar, direta ou indiretamente, qualquer negócio jurídico com o

Aprovado por:

(Direção)

Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Imp000.01

Página 10 de 29

Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas, a não ser que daí advenham vantagens claras para a instituição e tenha a decisão unânime e fundamentada de aprovação dos restantes membros da Direção e o parecer favorável do Conselho Fiscal.

3. Também não poderão exercer atividade ou o mandato como titular de corpos gerentes, membros de entidades conflituantes com a atividade do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas e, em princípio, os dirigentes político-partidários e os detentores de cargos autárquicos durante o seu exercício.
4. Se for conveniente, por motivos justificados, com o parecer favorável do Conselho Fiscal e a autorização do Ordinário do lugar, pode um trabalhador do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas ser nomeado membro da Direção ou Diretor Executivo.

#### Artigo 12.º

##### (Direitos inerentes à gerência efetiva)

1. O exercício de qualquer cargo nos corpos gerentes é gratuito, mas pode justificar o pagamento de despesas dele derivadas, com a aprovação escrita dos membros da Direção.
2. Se o volume do movimento financeiro da instituição ou a complexidade do seu governo o exigir, depois de proposto pela Direção, com o parecer favorável do Conselho Fiscal e a aprovação do Ordinário do lugar, um dos membros da Direção, ou o Diretor Executivo, pode ser remunerado dentro dos limites da lei.

Aprovado por:

(Direção)

Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Imp000.01

Página 11 de 29

### Artigo 13.º

#### (Impedimentos)

1. Os membros dos corpos gerentes não podem votar em assuntos que diretamente lhes digam respeito ou nos quais sejam interessados os respetivos cônjuges ou pessoas com quem vivam em união canonicamente irregular ou qualquer familiar em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral.
2. Os fundamentos das deliberações sobre a aprovação do conteúdo e celebração dos contratos referidos no número anterior devem constar das atas das reuniões dos respetivos corpos gerentes.

### Artigo 14.º

#### (Responsabilidade)

1. Os membros dos corpos gerentes são responsáveis civil e criminalmente pelas ações ou omissões cometidas no exercício do mandato.
2. Além dos motivos previstos na lei, os membros dos corpos gerentes ficam exonerados de responsabilidade quando:
  - a) Não tiverem tomado parte na respetiva resolução e a reprovarem com declaração na ata da sessão imediata em que se encontrem presentes;
  - b) Tiverem votado contra essa resolução e o fizerem consignar na ata respetiva.

Aprovado por:

(Direção)

Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Imp000.01

Página 12 de 29

### Artigo 15.º

#### (Convocatória e deliberações)

1. Os órgãos do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas são convocados pelos respetivos presidentes, por iniciativa destes ou a pedido da maioria dos titulares dos órgãos.
2. Os órgãos do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.

### Artigo 16.º

#### (Reuniões e votações)

1. Salvo disposição legal ou estatutária em contrário, as deliberações são tomadas por maioria de votos dos titulares presentes. Em caso de empate na votação o presidente pode dirimir a paridade com o seu voto.
2. As votações que envolvam um juízo de valor sobre comportamentos ou qualidades das pessoas, bem como as respeitantes a assuntos de interesse pessoal dos seus membros, são feitas por escrutínio secreto.
3. É nulo o voto de um membro sobre assunto que diretamente lhe diga respeito e no qual seja interessado, bem como o seu cônjuge ou pessoa com quem viva em união canonicamente irregular ou qualquer familiar em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral.
4. Mesmo quando não seja membro dos órgãos gerentes, o Pároco pode assistir às reuniões desses órgãos, sem direito a voto, pelo que devem ser-lhe dadas a conhecer com a devida antecedência as datas e ordens de trabalho das respetivas reuniões. O Pároco pode ainda comunicar com os membros dos órgãos, enviando

Aprovado por:

(Direção)

Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Imp000.01

Página 13 de 29

comunicações aos membros sobre quaisquer assuntos referentes à atividade do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas.

### **Artigo 17.º**

#### **(Atas)**

1. Serão sempre lavradas atas das reuniões de qualquer órgão do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas, assinadas obrigatoriamente por todos os membros presentes nessas reuniões.
2. O conjunto das atas é autuado e paginado de modo a facilitar a sucessiva inclusão de novas atas e a impedir o seu extravio. Pode manter-se o sistema de livro de atas.
3. Cabe ao secretário de cada órgão zelar pela conservação e guarda das respetivas atas.

### **SECÇÃO II**

#### **DIRECÇÃO**

### **Artigo 18.º**

#### **(Composição da Direcção)**

1. A Direcção é constituída por um número ímpar de membros, entre um mínimo de três e um máximo de nove, devendo haver sempre um Presidente, um Secretário e um Tesoureiro.
2. Sendo o número de membros da Direcção em cada mandato superior a três, poderá um dos vogais desempenhar o cargo de Vice-Presidente da Direcção.

Aprovado por:

\_\_\_\_\_  
(Direcção)

Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Imp000.01

Página 14 de 29

3. O Presidente da Direção é o Pároco da área onde se encontra sediado o Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas, ou um pároco, designado pelos Párocos “in solidum”, ou quem eles indicarem na lista a apresentar para provisão ao Ordinário do lugar.
4. O Ordinário do lugar pode de “motu próprio” dispensar o Pároco de ser membro da Direção.

### Artigo 19.º

#### (Competências da Direção)

1. Compete à Direção, como órgão de administração do CE Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas, gerir a instituição e representá-la, incumbindo-lhe, designadamente:
  - a) Garantir a efetivação dos direitos dos beneficiários;
  - b) Elaborar anualmente e submeter ao parecer do órgão de fiscalização o relatório e contas de gerência, bem como o orçamento e programa de ação para o ano seguinte e remeter tais documentos ao Ordinário do lugar;
  - c) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços e equipamentos, nomeadamente promovendo a organização e elaboração da contabilidade, nos termos da lei;
  - d) Organizar o quadro do pessoal e contratar e gerir o pessoal do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas;
  - e) Representar o Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas em juízo ou fora dele;
  - f) Zelar pelo cumprimento da lei, dos estatutos e das deliberações dos órgãos do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas;
  - g) Gerir o património do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas, nos termos da lei;

Aprovado por:

(Direção)

Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Imp000.01

Página 15 de 29

- h) Elaborar e manter atualizado o inventário do património do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas, e o registo dos bens imoveis;
  - i) Manter sob a sua guarda e responsabilidade os bens e valores do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas;
  - j) Emitir parecer sobre a aceitação de heranças, legados e doações, pedindo licença ao Ordinário do lugar para as aceitar ou rejeitar;
  - k) Providenciar sobre fontes de receita do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas;
  - l) Deliberar sobre propostas de alteração dos estatutos e de modificação ou extinção do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas, a apresentar ao Bispo diocesano.
  - m) Elaborar os regulamentos internos do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas e submete-los à apreciação do Ordinário do lugar;
  - n) Aprovar o Regulamento da Liga de Amigos;
  - o) Celebrar contratos de compra e venda e demais contratos conforme as normas canónicas e civis aplicáveis;
  - p) Celebrar acordos de cooperação com serviços oficiais, depois de obtida licença do Ordinário do lugar;
  - q) Fornecer ao Conselho Fiscal os elementos que este lhe solicitar para cumprimento das suas atribuições;
  - r) Executar as demais funções que lhe estejam atribuídas pelos presentes Estatutos e que decorram da lei aplicável, designadamente da legislação canónica universal e particular.
2. A Direção pode delegar poderes de representação e administração para a prática de certos atos ou de certas categorias de atos em qualquer dos seus membros, ou constituir representantes para esse efeito, designadamente profissionais qualificados ao serviço do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas, como o Diretor Executivo.

Aprovado por:

(Direção)

Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Imp000.01

Página 16 de 29



## Artigo 20.º

### (Competências do Presidente e do Vice-Presidente)

1. Compete ao Presidente da Direção:
  - a) Superintender na administração do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas, orientando e fiscalizando os respetivos serviços;
  - b) Convocar e presidir às reuniões da Direção, dirigindo os respetivos trabalhos;
  - c) Assinar e rubricar os termos de abertura e encerramento e rubricar o livro de atas da Direção;
  - d) Despachar os assuntos normais de expediente e outros que careçam de solução urgente, sujeitando estes últimos à confirmação da Direção na primeira reunião seguinte.
2. Compete ao Vice-Presidente coadjuvar o Presidente no exercício das suas atribuições e substituí-lo nas suas ausências e impedimentos.

## Artigo 21.º

### (Competências do Secretário)

Compete ao Secretário, coadjuvado por um Vogal, se necessário:

- a) Lavrar as atas das reuniões da Direção;
- b) Preparar a agenda de trabalhos para as reuniões da Direção, organizando os processos dos assuntos a serem tratados;
- c) Superintender nos serviços de secretaria;
- d) Na falta de Vice-Presidente, substituir o Presidente nas suas faltas ou impedimentos;
- e) Providenciar pela publicitação no “site” do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas das informações ou suportes das contas do exercício, bem como das súmulas do programa e relatório de atividades e do orçamento, que a lei mande publicar.

Aprovado por:

\_\_\_\_\_  
(Direção)

Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Imp000.01

Página 17 de 29

## Artigo 22.º

### (Competências do Tesoureiro)

Compete ao Tesoureiro, coadjuvado por um Vogal, se necessário:

- a) Receber e guardar os valores do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas;
- b) Promover a escrituração de todos os livros de receita e de despesa;
- c) Assinar as autorizações de pagamento e as guias de receita conjuntamente com o Presidente;
- d) Apresentar mensalmente à Direção o balancete em que se discriminarão as receitas e as despesas do mês anterior;
- e) Superintender nos serviços de contabilidade e tesouraria;

## Artigo 23.º

### (Reuniões)

A Direção reunirá ordinariamente de forma bimensal e sempre que for convocada pelo Presidente, por sua iniciativa ou a pedido da maioria dos membros da Direção.

## Artigo 24.º

### (Forma De a Instituição Se Obrigar)

Para obrigar o Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas são necessárias e bastantes as assinaturas conjuntas do Presidente e de qualquer outro membro da Direção.

Nas operações financeiras, são obrigatórias as assinaturas conjuntas do Presidente e do tesoureiro ou de outro membro designado pela direção e homologado pelo Ordinário diocesano.

Aprovado por:

(Direção)

Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Imp000.01

Página 18 de 29

3. Nos atos de mero expediente basta a assinatura de qualquer membro da Direção.

### SECÇÃO III

#### CONSELHO FISCAL

##### Artigo 25.º

##### (Constituição)

O Conselho Fiscal é constituído por três membros: um Presidente, um Secretário e um Vogal, que serão indicados pelo Conselho Pastoral da Unidade Pastoral, ou onde este não estiver em funções, pelo Conselho Paroquial de Assuntos Económicos (Fábrica da Igreja Paroquial).

##### Artigo 26.º

##### (Competências do Conselho Fiscal)

1. Compete ao Conselho Fiscal o controlo e fiscalização do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas, podendo, nesse âmbito, efetuar à Direção as recomendações que entenda adequadas com vista ao cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos e, designadamente:
  - a) Exercer a fiscalização sobre a escrituração e demais documentos do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas, sempre que o julgue necessário e conveniente;
  - b) Dar parecer sobre o relatório e contas do exercício, bem como sobre o programa de ação e orçamento para o ano seguinte;
  - c) Dar parecer sobre quaisquer assuntos que a Direção submeta à sua apreciação;
  - d) Vigiar pelo cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos;
  - e) Dar parecer quanto à aquisição, administração e alienação dos bens eclesiais do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas.

Aprovado por:

(Direção)

Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Imp000.01

Página 19 de 29

- Os membros do Conselho Fiscal podem assistir às reuniões da Direção quando para tal forem convocados pelo presidente deste órgão, desde que tal convocação seja deliberada pela Direção.

### **Artigo 27.º**

#### **(Reuniões)**

O Conselho Fiscal reunirá ordinariamente uma vez, pelo menos, em cada trimestre e sempre que for convocado pelo Presidente, por sua iniciativa ou a pedido da maioria dos seus membros.

## **SECÇÃO IV**

### **DIRETOR EXECUTIVO**

### **Artigo 28.º**

#### **(Do Diretor Executivo)**

- O Diretor Executivo constitui um cargo facultativo do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas que pode ser instituído por deliberação da Direção em cada mandato, se especiais circunstâncias o requererem, onde existirem Uniões de Centros Sociais Paroquiais, da mesma Unidade Paroquial, depois de ouvido o Pároco, ou os Párocos “in solidum”, uma vez obtido o parecer favorável do Conselho Fiscal e a aprovação do Ordinário do lugar.
- O Diretor Executivo pode ser nomeado de entre os membros do quadro de pessoal ou pode ser contratado em comissão de serviço por período equivalente ao do mandato da Direção que o contratou.
- O Diretor Executivo não pode ser membro da Direção ou do Conselho Fiscal.

Aprovado por:

\_\_\_\_\_  
(Direção)

Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Imp000.01

Página 20 de 29

4. A remuneração do Diretor Executivo será estabelecida pela Direção, tendo em conta as capacidades financeiras da instituição, a sua qualificação profissional e o horário de trabalho.

#### **Artigo 29.º**

##### **(Funções do Diretor Executivo)**

Cabe ao Diretor Executivo o acompanhamento da gestão corrente do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas, bem como cumprir, executar e mandar executar as deliberações da Direção, a quem deve obediência, com obrigação de participar nas reuniões da Direção para as quais for convidado, ainda que sem direito de voto.

### **CAPÍTULO III**

#### **REGIME PATRIMONIAL E FINANCEIRO**

#### **Artigo 30.º**

##### **(Do Património)**

1. Constitui património do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas o conjunto de bens móveis, imóveis e direitos que legitimamente adquiriu e possui como seus.
2. São bens do património do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas:
  - a) Os bens imóveis;
  - b) Os bens móveis e os bens preciosos em razão da arte ou da história;
  - c) As heranças, doações e legados, nomeadamente ex-votos que, segundo a vontade dos beneficiários, se não destinem a ser gastos em fins determinados.
3. Os fundos pecuniários serão depositados quanto possível a prazo, em conta bancária que ofereça garantia de rendimento e segurança.

Aprovado por:

(Direção)

Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Imp000.01

Página 21 de 29

4. Dados os fins e natureza da instituição, todos os bens temporais que se encontrem na propriedade ou titularidade do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas consideram-se bens eclesiais, afetos a fins especificamente religiosos, ainda que provisoriamente sejam afetos aos demais fins expressos nos artigos 4.º e 5.º.

### Artigo 31.º

#### (Da Receita)

Constituem receitas do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas:

- a) Os rendimentos dos serviços e a comparticipação dos beneficiários, nomeadamente dos utentes ou seus familiares;
- b) Os possíveis auxílios financeiros da comunidade paroquial ou de outrem;
- c) O produto das heranças, legados ou doações instituídas a seu favor, desde que aprovados pelo Ordinário do lugar;
- d) Subsídios e comparticipações do Estado e de outras entidades oficiais ou particulares;
- e) Receitas da perceção fiscal;
- f) Rendimentos de capitais;
- g) Rendimentos de atividades exercidas pelo Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas a título secundário ou instrumental e afetas ao exercício da sua atividade principal;
- h) Rendimentos de iniciativas de angariação de fundos, promovidas pelo Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas ou por terceiros.

### Artigo 32.º

#### (Atos de Administração Ordinária)

1. São atos de administração ordinária aqueles que se incluem nas faculdades normais de um administrador e todos aqueles que podem ser praticados pela

Aprovado por:

(Direção)

Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Imp000.01

Página 22 de 29

- Direção ou pelo Diretor Executivo sem recurso a qualquer licença ou autorização do Ordinário do lugar.
2. As modalidades de gestão dos fundos do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas são as previstas no Direito Patrimonial Canónico para os bens temporais da Igreja (Livro V do Código de Direito Canónico).
  3. São inválidos todos os atos que excederem os limites e o modo de administração ordinária, a não ser que previamente tenha sido obtida licença do Ordinário do lugar, dada por escrito.
  4. A administração do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas compete aos corpos gerentes, em conformidade com o previsto nos presentes Estatutos.
  5. É necessária licença do Ordinário do lugar para a prática dos seguintes atos:
    - a) Investir os saldos anuais;
    - b) Aluguer ou arrendamento aos membros órgãos gerentes ou familiares até ao 4.º grau de consanguinidade ou afinidade;
    - c) Propor e contestar qualquer ação nos tribunais competentes, em nome do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas.
  6. Os atos de administração ordinária do número precedente praticados sem prévia autorização da Autoridade eclesiástica competente, mas contrários aos presentes Estatutos e ao Direito Canónico, consideram-se ineficazes.

### Artigo 33.º

#### (Atos de Administração Extraordinária e Alienação)

1. A Direção só pode exercer atos de administração extraordinária com prévia autorização escrita do Ordinário do lugar e de harmonia com os Estatutos.
2. Os atos de administração extraordinária feitos sem prévia autorização do Ordinário do lugar são inválidos.

Aprovado por:

(Direção)

Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Imp000.01

Página 23 de 29

3. São atos de administração extraordinária:
- a) A compra e venda de imóveis;
  - b) O arrendamento de bens imóveis;
  - c) A contração de empréstimos, com ou sem garantia hipotecária, acima do valor de cinquenta por cento de receita ordinária que consta da última prestação de contas;
  - d) Novas construções que importem uma despesa superior a cinquenta por cento da receita expressa na prestação de contas mais recente;
  - e) A alienação de quaisquer objetos de culto;
  - f) A aceitação de fundações pias não-autónomas, isto é, de bens temporais doados ao Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas com o ónus, prolongado por tempo superior a cinco anos, de, com os rendimentos, mandar celebrar Missas ou realizar outras funções eclesiais, ações religiosas ou caritativas;
  - g) A aceitação de quaisquer outros legados ou doações com ónus semelhantes aos da alínea anterior.
4. Só com prévia autorização escrita da Autoridade eclesial competente, a Direção pode alienar validamente:
- a) Ex-votos oferecidos ao Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas, coisas preciosas em razão da arte ou da história, relíquias insignes e imagens que se honrem com grande veneração do povo;
  - b) Bens temporais do património cujo valor exceda a quantia mínima estabelecida pela Conferência Episcopal Portuguesa no Decreto de 7 de Maio de 2002, sobre licença para alienação de bens eclesiais.
5. São nulos os atos e contratos celebrados em nome do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas sempre que não tenha sido previamente obtida a licença ou aprovação exigida pelo Direito Canónico para a prática desse ato ou para a celebração desse contrato.

Aprovado por:

(Direção)

Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Imp000.01

Página 24 de 29



### Artigo 34.º

#### (Perfil dos Agentes do Centro Social Paroquial São Roque - Salsas)

1. O Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas é obrigado a escolher os próprios agentes de entre as pessoas que partilhem, ou pelo menos respeitem, a identidade católica da instituição.
2. Para garantir o testemunho evangélico no serviço da caridade, quantos operam na pastoral caritativa do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas, a par da devida competência profissional, deem exemplo de vida cristã e testemunhem a formação do coração que ateste uma fé em ação na caridade.
3. Com esta finalidade, o Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas providenciará à sua formação, mesmo no âmbito teológico e pastoral, através de currículos específicos concordados com os dirigentes do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas e através de adequadas propostas de vida espiritual.

### Artigo 35.º

#### (Destino dos bens em caso de extinção do Centro Social Paroquial São Roque - Salsas)

1. O Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas pode ser extinto pelo Bispo diocesano, em conformidade com a legislação canónica universal e particular aplicável.
2. Em caso de extinção do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas, passarão para a Paróquia ou para outra pessoa jurídica canónica os bens móveis e imóveis e direitos que esta lhes houver afetado e os que lhe forem deixados ou doados com essa condição.
3. Os restantes bens serão atribuídos a outra Instituição Particular de Solidariedade Social instituída pela Igreja Católica, que prossiga fins idênticos ou similares aos do

Aprovado por:

(Direção)

Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Imp000.01

Página 25 de 29



Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas, indicada pelo Ordinário do lugar, de harmonia com o Direito Canónico.

## CAPÍTULO IV ASSISTÊNCIA RELIGIOSA

### Artigo 36.º

#### (Assistência Religiosa)

1. A identidade católica do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas e o seu objeto podem requerer um ou mais Assistentes Eclesiásticos.
2. São funções do Assistente Eclesiástico promover a vida espiritual dos titulares dos órgãos, dos trabalhadores e dos beneficiários, no respeito pelo credo que cada um professa, sem prejuízo do bem dos mesmos, tendo direito a estar presente em todas as reuniões dos órgãos do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas e a usar da palavra, sem direito a voto, devendo para isso ser informado previamente da data e ordem de trabalhos das reuniões.
3. Constituem ainda funções do Assistente Eclesiástico garantir o culto divino nas suas diversas manifestações e a administração dos sacramentos e sacramentais aos membros da comunidade, que integra o âmbito de atividade do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas e os seus familiares.
4. O Assistente Eclesiástico é normalmente o Pároco da sede do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas, podendo fazer-se substituir por algum sacerdote sob a sua responsabilidade ou apresentar outro sacerdote ao Bispo diocesano para que seja nomeado em sua vez.
5. A assistência religiosa é gratuita. Quando exercida por sacerdote distinto do Pároco, pode o Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas comparticipar na

Aprovado por:

(Direção)

Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Imp000.01

Página 26 de 29



sua remuneração, conforme as normas da Diocese, com a aprovação escrita do Ordinário.

## CAPÍTULO V

### LIGA DOS AMIGOS

#### Artigo 37.º

##### (Liga dos Amigos)

1. A Liga dos Amigos, de existência facultativa, é constituída por todas as pessoas que se propuserem colaborar na prossecução das atividades do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas e que pretendam aderir enquanto tal, quer através da contribuição pecuniária, quer de trabalho voluntário, e que, como tal, sejam admitidas pela Direção.
2. Deverá ser, quanto possível, estimulada a admissão dos familiares dos beneficiários na Liga dos Amigos.
3. A constituição, organização e funcionamento da Liga obedecerão a regulamento próprio elaborado pela Direção.
4. Sem prejuízo das funções que lhe sejam atribuídas no respetivo regulamento, compete à Liga de Amigos do Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas pronunciar-se sobre todos os assuntos que a Direção entenda submeter à sua apreciação.

Aprovado por:

(Direção)

Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Imp000.01

Página 27 de 29

## CAPÍTULO VI

### DISPOSIÇÕES FINAIS

#### Artigo 38.º

##### (Vigilância do Bispo Diocesano)

Sendo pessoa jurídica canónica autónoma de natureza pública, o Centro Social Paroquial de São Roque – Salsas está sujeito às normas de coordenação, orientação, vigilância e administração próprias do Direito Canónico, designadamente, no que respeita a licença para a prática de atos de administração extraordinária, à emissão de instruções, ao direito de visita, à apresentação de contas e do balanço anual das suas atividades, à gestão dos seus bens com sobriedade cristã e ao respeito da disciplina eclesiástica.

#### Artigo 39.º

##### (Alteração dos Estatutos)

Os presentes Estatutos revogam os anteriores e entram em vigor imediatamente após a sua aprovação pelo Bispo diocesano, sem prejuízo dos efeitos do registo nos Serviços da Segurança Social e no Registo das Pessoas Jurídicas Canónicas do Registo Nacional das Pessoas Coletivas.

Os presentes Estatutos só poderão ser alterados mediante proposta da Direção, parecer favorável do Conselho Fiscal e aprovação do Bispo diocesano.

Nos casos omissos, a Direção recorrerá à legislação canónica universal e particular e à decisão do Bispo diocesano.

Aprovados em reunião de Direção de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Aprovado por:

(Direção)

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Imp000.01

Página 28 de 29



**A DIREÇÃO,**

---

Presidente  
Pe. Fernando Fontoura

---

O Secretário  
António Carlos Gonçalves

---

O Tesoureiro  
Maria Albina Correia Rodrigues

Aprovado por:

(Direção)

Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Imp000.01

Página 29 de 29